

MÁRIO MAESTRI*

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO TRABALHADOR ESCRAVIZADO NO RS: 1819-2006**

O artigo analisa a minimização e exclusão do cativos nas representações historiográficas no Império e na República, apesar da sua importância no passado sulino. Discute a restauração historiográfica, e seu sentido, de 1930 até hoje, do papel do africano e afro-descendente cativo no Sul, a partir dos principais ensaios sobre o tema em português.

O TRABALHADOR NEGRO: HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES

Na sala de reuniões do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, encontra-se um painel das etnias formadoras rio-grandenses, pintado nos anos 1950, pelo artista italiano Aldo Locatelli, em estilo naturalista *depassé*, a partir da visão historiográfica então dominante sobre o passado sulino. No alto do painel, à esquerda, um garboso oficial lusitano domina montado o conjunto como dominou historicamente aqueles territórios. No centro superior, com as ruínas das Missões como fundo, destaca-se o nativo guarani, de lança à mão, em repouso. Ainda no alto, no canto direito, bandeirantes paulistas e lagunenses penetram o Sul desconhecido. No canto inferior direito, sustentando o conjunto, colonos-camponeses labutam o solo enquanto imigrante amamenta filho nascido na nova terra.

* Doutor em História pela UCL, Bélgica. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

** Agradecemos a leitura da lingüista Florence Carboni, do Curso de Letras da UFRGS.

A alegoria de Aldo Locatelli sobre as comunidades formadoras do Rio Grande não deixa dúvidas sobre o senhor da terra. O *gaucho* aparece quatro vezes e ocupa o centro da composição na figura do domador, a domesticar animal que simboliza a terra selvagem. Aldo Locatelli (1915-1962) pintou sua alegoria poucos anos após chegar da Itália, em 1948. Ele apenas retratou a visão erudita dominante da história entranhada no imaginário da população rio-grandense. Como no painel, no imaginário histórico sulino não há lugar para o negro escravizado. É como se seu sangue e suor jamais tivessem frutificado o solo rio-grandense. Uma visão assumida, alimentada e ampliada pela historiografia, que negou-minimizou a importância da escravidão e do cativo na construção do Rio Grande.

Nos séculos XVIII e XIX, no Sul, as roças de subsistência, as plantações, os criatórios, as charqueadas, as olarias, o transporte aquático, as aglomerações, a produção artesanal-manufatureira, etc. empregaram cativos. Hoje há consenso sobre a importância da escravidão na antiga formação social rio-grandense, que alguns autores definem como predominantemente escravista. Em 1780, após a reconquista de Rio Grande, ao iniciar-se a produção charqueadora de porte que potencializou a criação do gado vacum, o “Mapa do Tenente Córdova” anotava que os cativos eram quase 30% da população. Apesar da interrupção do tráfico, em 1850, e das vendas de cativos para o Centro-Sul, praticamente até a Abolição, o RS encontrou-se entre as principais províncias escravistas. Em 1872, o Sul era a sexta região em número absoluto de cativos, ocupando ainda posição mais destacada, no número relativo de trabalhadores escravizados. Mesmo após a interrupção do tráfico, a população cativa sulina teria crescido em números absolutos até 1874, fato singular no Brasil (Maestri, 2006: 50; Conrad, 1975: 344 et seq.).

HISTÓRIA E MEMÓRIA

A contribuição dos diversos grupos étnicos à formação do Rio Grande é fenômeno histórico objetivo registrável pela pesquisa histórica. Ao contrário, a *identidade étnica sulina* constitui apreciação subjetiva, pela população rio-grandense, sobre as diversas comunidades *formadoras* do Rio Grande. O painel de Locatelli apenas fixou o “imaginário étnico histórico” dominante no Sul. A maioria da população rio-grandense acredita que o Rio Grande seja essencialmente produto do esforço do homem livre, luso-brasileiro e, sobretudo, ítalo-germânico. Na superficial e mítica visão geral da população sobre o passado rio-grandense, a contribuição dos africanos e dos afro-descendentes à formação social sulina é desqualificada e ignorada. Como nos banquetes de hoje, o trabalhador negro preparou a festa mas jamais sentou à mesa ou saiu na foto da festa. O *esquecimento* do cativo como germinal construtor do Sul não é *lapso* de conseqüências culturais

e historiográficas. Ele contribui à desqualificação do mundo do trabalho, em geral, e do afro-sulino contemporâneo, em especial.

Não foi idêntico o processo de inserção dos diferentes grupos étnicos na sociedade sulina. Em forma geral, alguns grupos chegaram ao Sul como colonizadores e dominadores, outros foram colonizados e escravizados. No ápice da pirâmide social colonial, localizavam-se os grandes proprietários de terras e de cativos. Eles eram habitualmente *brancos* e não raro portugueses natos. No sopé, encontravam-se os cativos *crioulos* e *africanos*. Entre os dois pólos, o *branco*, racialmente ‘excelente’, e o *negro*, etnicamente ‘degradante’, conhecia-se toda uma graduação racial policrômica. O caráter dominante da produção escravista determinava a desqualificação étnica do africano e do afro-descendente e a valorização do europeu. O nativo conheceu igualmente desqualificação essencial nascida das necessidades da expropriação das suas terras e força de trabalho.

A hierarquização epidérmica no mundo escravista colonial, que se assentou sobretudo na exploração do africano e afro-descendente cativos, explica a origem, difusão e funcionalidade do racismo anti-negro. O racismo gerado pelo passado escravista e sua posterior recuperação pela ordem capitalista não explicam suficientemente o sentido e muito menos o processo de desconhecimento ou minimização pela cultura, memória e historiografia da contribuição do africano e do afro-descendente à construção do Sul. As classes dominantes de regiões de raízes escravistas, como a Bahia, o Maranhão, o Rio de Janeiro, integraram a participação do negro-africano em interpretações regionais mitificadas de cunho profundamente classistas.

Sobretudo durante o século XIX, os grandes criadores pastoris mantiveram a hegemonia social, econômica e política regional, elaborando as representações dominantes originais sobre a formação regional rio-grandense. Nesse período, o Sul foi identificado, em forma apologética, ao meio, aos homens e aos processos relacionados diretamente à produção pastoril-latifundiária. Devido à pobreza relativa da economia regional; à depressão político-ideológica que os criadores conheceram após a derrota na longa guerra separatista [1835-45], etc., as representações regionais praticamente não foram sistematizadas em forma de historiografia até inícios dos anos 1880. As primeiras obras historiográficas propriamente ditas surgiram no final da escravidão, quando se fortaleciam as idéias científicas nas quais se apoiou o bloco social republicano pró-capitalista ascendente [Partido Republicano Rio-grandense] que liquidou com o domínio político-ideológico liberal-pastoril. No novo contexto, as narrativas tradicionais das classes pastoris foram sistematizadas como historiografia, em uma época em que se consolidavam-refinavam as visões da *determinação* da *sociedade* pelo *meio* e pela *raça*.

O CATIVO E A PRIMEIRA HISTORIOGRAFIA SULINA

Os primeiros trabalhos historiográficos de fins do século XIX dispunham sobretudo de três ensaios de interpretação sistemática sobre o Sul: os *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, de 1819; as *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*, de Antônio José Gonçalves Chaves, de 1822 e, as *Notícias descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, do comerciante francês Nicolau Dreys, de 1839 (Pinheiro, 1978; Chaves, 1978; Dreys, 1990). A desigual contribuição dessas obras nessa primeira historiografia é já forte pista sobre sua orientação ideológico-cultural. O diário da viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire através do Rio Grande, em 1820-21, apesar de não ter influenciado esses primeiros tratados devido a sua tardia edição na França, em 1887, é rico registro das visões *eruditas* da época sobre o negro-africano escravizado no Sul (Saint-Hilaire, 1974).

OS *ANAI*S DE JOSÉ FELICIANO PINHEIRO

Propõe-se comumente que a historiografia sulina tenha nascido com os *Anais*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro [1774-1847]. Essa obra constitui efetivamente a primeira história do Rio Grande, extremo-sul da América portuguesa, escrita desde a ótica do Estado lusitano. Em sentido estrito, não constitui obra da historiografia brasileira ou rio-grandense sulina, mas trabalho sobre a região sul do Brasil. O aditamento e reedição, em 1839, vinte anos após a edição original, facilitou o desconhecimento dessa característica dos *Anais*, já que adaptou a edição, “correta e aumentada”, às sensibilidades dos rio-grandenses, cidadãos do império brasileiro.

José Feliciano nasceu em Santos, em 1774, filho de comerciante português abastado e de paulista de família proprietária de terra e de *índios*. Em 1792, partiu para Coimbra, onde se formou em Direito Canônico. Com as finanças familiares abaladas, estabeleceu-se em Lisboa, trabalhando como tradutor, sobretudo pela moradia, alimentação e inserção na administração. Em 1800, partiu para o extremo-sul da colônia lusitana para fundar e ser juiz da alfândega das capitanias de São Pedro e Santa Catarina, sinecura que manteve até 1837. José Feliciano desempenhou-se também como auditor dos regimentos do Rio Grande (Pinheiro, 1978: 17-34).

Os *Anais da Província de São Pedro* nasceram da primeira relação de José Feliciano com o sul da colônia. A obra foi editada três anos antes de 1822 e, portanto, pensada e escrita em um período em que o autor era burocrata do império lusitano. Em 1821, José Feliciano foi eleito pelas províncias de São Paulo

e do Rio Grande deputado à Constituinte portuguesa. Em Portugal, foi o único deputado do Brasil a jurar a constituição lusitana. Ao voltar ao Brasil, quando a Independência já se consumara, alinhou-se ao príncipe português. Deputado à primeira constituinte pelo Sul, apoiou o golpe imperial de 1823, sendo designado presidente do Rio Grande [1824-26], ao arrepio dos brios liberais regionais. Sua estrela feneceu durante a Regência devido à adesão ao príncipe português. Morreu em 1847, em Porto Alegre, com 73 anos.

HISTORIADOR RACIONALISTA

Jose Feliciano foi historiador na acepção estrita da palavra, tendo participado da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Formado sob o influxo do movimento de restauração liberal-conservadora do império lusitano, produziu obra racionalista apoiada na crítica da documentação e infensa ao providencialismo. Nos *Anais da Província de São Pedro*, empreendeu história política do Rio Grande, desde o ponto de vista do Estado lusitano. Referiu-se à fundação de Sacramento e de Rio Grande, aos tratados e confrontos políticos na região: Tratado de Madrid, Guerra Guaranítica, perda-captura de Rio Grande, conquista das Missões, etc. Sua periodização da história sulina teve longa vida.

Na descrição “topográfica” do Rio Grande do Sul e em outras passagens, a apologia da terra, do clima, etc. pelo autor acompanha a literatura tradicional lusitana sobre as possessões americanas. Não se tratava de olhar *nativista* de filho da terra, por nascimento ou adoção. Os *Anais* apresentam o Rio Grande sobretudo como produto da luta lusitana contra os espanhóis. Não há narrativa sobre as singularidades da região e de seu povo. José Feliciano refere-se amiúde aos nativos, devido à oposição que apresentaram à conquista, e não destaca a produção pastoril, a fazenda, o fazendeiro, o peão, o gaúcho, o cativo, etc.

Na primeira edição, há rápida referência aos “habitantes” livres do Sul, definidos como “inertes e vários, e de natural ferino”, e afirmação que o interior era dominado pelos “roubos, mortes e atentados”, que explica como produto dos “poucos progressos” da “moral”, das “leis” e do “espírito de sociedade”, nascidos do “ruim fermento” da população original, formada, segundo o autor, pelo “enxurro da nação”, por “degredados” e “mulheres imorais e banidas”. Os poucos “casais” açorianos teriam “emigrado” devido ao descumprimento das promessas públicas. Devido à “inércia” da estância, seu habitante conheceria a “moleza, a ociosidade e a devassidão”, motivo de “misérias” e baixa “multiplicação da espécie humana”. Essa última afirmação seria uma forma de *eco* distorcido das condições diferenciais de trabalho nas fazendas criatórias e agrícola-mercantis e da baixa expansão demográfica da sociedade pastoril.

José Feliciano anatematiza o churrasco ao acusar o “estancieiro” e o “charqueador” de “insensibilidade” para com o “espetáculo da dor e da morte” motivada pelo hábito de “despedaçar” a “cada passo uma rês”. Para ele, os “devoradores de vianda em geral” seriam “mais cruéis e ferozes que os outros homens”. A ausência de referências ao trabalhador negro escravizado não deve surpreender. Os *Anais* eram obra dedicada aos grandes feitos e processos políticos que desdenhava o fato econômico e social e compreendia a escravidão como realidade semi-natural que não merecia sequer registro (Chaves, 1978: 216-7).

GONÇALVES CHAVES: PRIMEIRO ECONOMISTA SULINO

Antônio José Gonçalves Chaves nasceu em Portugal, mudando-se jovem para a colônia, onde teria iniciado a vida como caixeiro (Saint-Hilaire, 1974: 69). Ao escrever suas *Memórias*, morava havia dezesseis anos no Brasil e era rico charqueador na margem direita do arroio Pelotas. Homem de sólida cultura humanística e econômica, participou do primeiro Conselho Geral da Província (1828), da primeira câmara municipal de Pelotas, da primeira Assembléia Legislativa sulina (1834). Morreu afogado, em 1837, na baía de Montevideu, para onde transferira sua charqueada, devido à Guerra Farroupilha (Chaves, 1978: 15-18).

As *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil* constituem texto emblemático. Os cinco textos, escritos entre 1817 e 1822, foram publicadas em 1822-3, sob os títulos “Sobre a necessidade de abolir os capitães-gerais”; “Sobre as municipalidades, compreendendo a união do Brasil com Portugal”; “Sobre a escravatura”; “Sobre a distribuição de terras incultas” e “Sobre a Província do Rio Grande de São Pedro em particular”. Chaves era um liberal exaltado. Nas *Memórias*, espinafra o despotismo absolutista, elogiando as qualidades do governo constitucional de origem *popular*. Propõe ordem judiciária, legislativa e executiva apoiada na vontade do *povo*, isto é, das “almas livres” da população. No seu detalhado plano de ordenação constitucional, destaca o direito de eleição do presidente da província pela população livre. A autonomia provincial foi a principal causa das rebeliões liberal-federativas e separatistas de 1817 a 1845 (Chaves, 1978: 29, 42-43).

O grande destaque do trabalho de Chaves é sua crítica geral e radical da escravidão, na Terceira Memória, apoiada nos avanços da “economia política” burguesa, permitidos pelo domínio do trabalho livre na produção manufatureira européia. O fato de administrar grande quantidade de trabalhadores escravizados lhe teria também facilitado desenvolver crítica radical e precoce da *economia política da escravidão colonial*. Chaves registra a oposição do cativo à “religião de Cristo e natural”, mas empreende sobretudo sua crítica no plano da “economia política

moderna”, apresentando a “escravidão” americana como “sistema” sócio-produtivo, ao igual que o “feudalismo” e o “capitalismo”, “reanimado” pelas nações europeias na América. Assinala a mesma determinação tendencial do comportamento dos negreiros americanos, fossem quais fossem suas nações, pelas “circunstâncias” postas pela escravidão (Chaves, 1978: 58-60, 71).

Chaves apresenta a escravidão como “sistema” econômico-social que submetia, pela coação, o produtor direto a condições despóticas de trabalho e de remuneração. Desqualificando-o intelectual e moralmente, retirava-lhe incentivo ao trabalho, comprometendo o avanço tecnológico. Assinala, também, a *desacumulação* tendencial ensejada pelo tráfico, a necessidade de altos gastos improdutivos de vigilância dos cativos, etc. Lembra a limitação demográfica e o perigo social motivados pela escravidão. Associa indissolavelmente a liberdade política nacional à liberdade civil da população. Propõe o fim rápido do tráfico, em dezoito meses, e a abolição imediata e, se não fosse realizada, medidas emancipacionistas. Chaves apresenta singularmente o africano e afro-descendente como trabalhadores iguais a quaisquer outros, caso fosse libertado da escravidão. “[...] os trabalhos da mineração e fábrica do açúcar podem ser operados por gente livre, de qualquer cor que seja [...]”. Apesar de acenar às qualidades da imigração europeia, assinala a incapacidade de progresso intelectual e social sob a escravidão, integrando nos fatos os afro-descendentes ao projeto de nação que defendia (Chaves, 1978: 59-72).

Na quinta e última memória, Chaves realiza descrição sobretudo econômica do Rio Grande, onde se refere às cidades, à população, às atividades econômicas, etc., apresentando mapas estatísticos, sobretudo das exportações-importações, para reflexão e administração “científicas”. Anota o ingresso, em 1816-22, de 6.157 cativos. Assinala a existência de 2.098 trabalhadores escravizados nas “charqueadas e povoação” da futura vila de Pelotas, com valores gerais superiores às 217 casas da aglomeração! Refere-se às exações da ocupação sesmeira; aos impostos; aos passos; à produção agrícola; à erva-mate; à criação animal, etc. Conclui tratando do “caráter, usos e costumes” e “inclinações” dos povos da “província”. Como habitual, para ele, a categoria “povo” subentendia os homens livres ricos e pobres das cidades e dos campos, não abrangendo a população escravizada e os nativos não integrados ou integrados marginalmente à ordem dominante. Os “povos” da “província” seriam “naturalmente generosos, francos e obsequiadores”. Assinala que era comum “viajar de um ponto a outro extremo da província sem gastar coisa alguma”. Descreve os “mancebos” como “corpulentos, gentis, corajosos”, montados habitualmente em “cavalos briosos, cobertos de prata”, ainda que trajassem com “simplicidade”. Referindo-se sobretudo aos *gaúchos*, afirma que eram ótimos cavaleiros, em combate, e habituais desertores, sobretudo quando estavam as “tropas em inação” (Chaves, 1978: 211).

SAINT-HILAIRE: RAÇA, MEIO E CULTURA

O francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) foi naturalista e cientista de destaque. Em 1816, chegou ao Brasil para empreender longa viagem científica. Retornou à França em 1822, iniciando, em 1830, a publicação de seus diários. O livro referente à viagem ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, realizada em 1820-21, foi o último a ser publicado, em 1887 (Saint-Hilaire, 1887). Saint-Hilaire era simpático à restauração monárquica, compartilhando as visões apologéticas, já consolidada em sua época, da hierarquia das raças e da determinação dos povos e de seus costumes pelo meio.

A visão da *inferioridade* de americanos e de africanos nasceu da racionalização da exploração colonial. Sobretudo no século XIX e em inícios do seguinte, as narrativas sobre a hierarquia racial procuraram apoiar-se nos avanços científicos. Saint-Hilaire ensaia explicação fisiológica para a *inferioridade* do *índio*: “Sua imprevidência origina-se de organismo menos delicado que o nosso e é provavelmente essa rudeza de órgãos que os torna ao mesmo tempo insensíveis moral e fisicamente [...]”. Para ele, os “negros, raça tão distante da nossa também”, seriam “entretanto superiores aos índios. Seu juízo não é tão bem formado quanto o nosso. [...]”. O naturalista abona igualmente os preconceitos nascidos da produção e do tráfico negreiro sobre a hierarquização das *raças* africanas: “Quase todos os escravos do Barão são negros-mina, tribo bem superior a todas as outras [...]” (Saint-Hilaire, 1974: 164 e 26).

Saint-Hilaire abominava a miscigenação, outro pressuposto do *racismo científico* em formação. Explicou explicitamente a *ingratidão* de dois seus acompanhantes devido ao fato de serem mestiços: “Esses dois homens diferem muito dos europeus e se parecem com os índios; eis, por conseguinte, um exemplo da alteração que nossa raça sofre na América, sendo possível citar uma porção de outros” (Saint-Hilaire, 1974: 199). Comparando possivelmente as províncias de população maciçamente negra, com a importante comunidade açoriana do Rio Grande, assinalou como “maior vantagem” do Sul sua “população sem mescla”, patrimônio que deveria ser mantido, sobretudo contra a tendência à miscigenação da população européia masculina com a feminina americana. Para ele, o mestiço incorporava as qualidades inferiores das raças dos progenitores. “Mas repito, essas misturas farão a Capitania do Rio Grande perder a sua maior vantagem: a de possuir uma população sem mescla.” (Saint-Hilaire, 1974: 199, 109). Destaque-se, portanto, o caráter precoce da retórica sobre a *excelência racial* rio-grandense, ainda que relativa.

A visão de Saint-Hilaire do trabalhador negro era pré-moderna, sobretudo em relação à interpretação de Chaves. O francês explicava como devido à raça reações do trabalhador escravizado que o charqueador correlacionava argutamente

como causados pelo trabalho feitorizado: “Os negros são naturalmente pouco ativos; quando livres só trabalham o suficiente para não morrerem de fome [...]”. Relacionando certamente as condições de existência dos cativos pastoris com os trabalhadores das fazendas e minas, propôs que não haveria “lugar onde os escravos” fossem “mais felizes” do que no Sul. Para ele, os “senhores” trabalhariam “tanto quanto os escravos”, manteriam-se “próximos deles” e os tratariam “com menos desprezo”. O “escravo” comeria “carne à vontade”, não andaria “a pé” e sua ocupação seria “galopar pelos campos”, coisa mais “sadia que fatigante” (Saint-Hilaire, 1974: 80, 47). Registre-se a narrativa sobre o caráter feliz e privilegiado da escravidão no Sul, devido à economia pastoril, tarefa mais sadia do que fatigante, certamente originada nos extratos pastoris dominantes da época.

Saint-Hilaire corrigiu, vivamente, a avaliação positiva sobre a escravidão sulina ao conhecer as charqueadas, onde os cativos eram “tratados com rudeza”, o que se deveria, entretanto, segundo ele, ao fato de os “negros” serem “em grande número e cheios de vícios”. Saint-Hilaire viajou pelo Sul, em 1820-21, no final de seu longo périplo pelo Brasil. Suas apreciações sobre a província foram mediadas inevitavelmente pelo que vira, ouvira e avaliara em outras regiões onde, não raro, a população escravizada, envolvida pela produção exportadora-mercantil, era bem mais abundante do que no Sul. É igualmente bom lembrar que, desde Napoleão, a escravidão fora restabelecida nas colônias francesas. As avaliações de Saint-Hilaire apoiavam-se nos pressupostos ideológicos classistas franceses e escravistas luso-brasileiros, dos quais são depoimentos, ainda que indireto (Saint-Hilaire, 1974: 73).

NICOLAU DREYS

Nicolau Dreys nasceu em 1781, na França. Militar e funcionário bonapartista, viajou para o Brasil após 1815, onde se dedicou ao comércio, conheceu diversas províncias, viveu no Sul de 1817 a 1827. Dreys publicou sua *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, em 1839, no Rio de Janeiro, onde faleceu, em 1843. O livro foi reeditado em 1927 e em 1961 (Dreys, 1990). A obra de Dreys constitui relatório abrangente do meio geográfico, centros urbanos, população, costumes e economia provincial. Trata-se de narrativa, com grande interesse na economia e sociedade, sem concessão à retórica e ao maravilhoso. Sobre as “minas”, lembra que, após grandes “esperanças”, viu-se que se tratava de ouro de “baixo toque, e de mina tão superficial” que logo “ficou exaurida.” Lembra que o ouro da região era o pastoreio (Dreys, 1990: 5).

No capítulo sobre a “População”, fornece informação sintética sobre a conformação da população, formada por “duas secções”: “livre” e “escrava”. A segunda era formada por “africanos” e “seus descendentes”; a primeira, conhecia

“subdivisão” em “indivíduos em que circula sangue europeu” e os “indígenas”. Assinala um terceiro grupo, os “gaúchos”, “formados originalmente do contato com a raça branca com os indígenas”, sobre os quais fornece valiosa informação. Segundo Dreys, no resto do Brasil, acreditava-se que a “população negra” sulina fosse “moralmente péssima” e que “péssima” também fosse “a condição [de existência] dos escravos”. Visão oposta à do cativo privilegiado, defendida certamente pelos escravistas sulinos, por Saint-Hilaire e, mais tarde, pela historiografia regional. Dreys nega a proposta das más condições de existências do cativo, apoiado no fato de ter residido em “charqueadas” e em “estâncias” e ter sido proprietário de cativos (Dreys, 1990: 109, 122).

Dreys propõe que jamais vira “no Rio Grande do Sul os escravos nem mais viciosos, nem mais maltratados que nas outras partes da América”. Afirma que o cativo tinha pouco que fazer nas estâncias e que nas charqueadas, mesmo sendo o trabalho “mais exigente”, não era “pesado”. Exagero apologetico no qual Saint-Hilaire não se permitiu incorrer. Propõe que os “negros” eram bem alimentados, bem vestidos e bem tratados, sendo obrigados apenas a “um serviço usual” ao “bom comportamento”. Compartindo as visões racistas e escravistas, defende que a escravidão era necessária para que o negro não se entregasse às “misérias e aos vícios”. Defende que o cativo se submetia sem problemas à escravidão na África mas se rebelava “em todas as mais partes do mundo”. Contraditoriamente, destaca que ser “soldado” “talvez” fosse a “única profissão” para qual o “negro” seria “naturalmente próprio”. Em linguagem semi-cifrada, refere-se às tentativas e perigos de revoltas servis (Dreys, 1990: 129).

Nicolau Dreys revela-se analista estruturalmente afinado com a sociedade e a exploração escravistas, apoiando-se habitualmente em sua narrativa nos argumentos justificativos da ideologia escravista luso-brasileira, como a vantagem da escravidão para o africano e de sua submissão ao cativo, já na África. Entretanto, apesar de seu caráter ideológico, a rica e precisa informação concedida por Dreys não deixava dúvidas sobre a contribuição do *nativo*, do *gaúcho* e do *cativo* à sociedade sulina, ainda que o francês, como era normal na época e durante todo o Império, considerasse como “rio-grandenses” apenas os homens livres da província.

A GERAÇÃO DE 1880: O HOMEM, O MEIO E A RAÇA

Em 1868, em Porto Alegre, intelectuais republicanos, liberais e abolicionistas fundaram a Sociedade Partenon Literário. Em 1869, lançaram a revista homônima, com contos, poesias, peças teatrais, etc. de corte romântico, inspirados sobretudo na Campanha. Essa produção, que contribuiu para a

consolidação de movimento ideológico pastoril-regionalista, não comportou trabalhos historiográficos sistemáticos sobre o Rio Grande do Sul.

Três trabalhos, de Alcides Lima, Assis Brasil e João Cezimbra Jacques, assinalam, nos anos 1880, o surgimento de narrativa historiográfica orgânica e estabilizada sobre a formação social sulina, apresentada esta última, sobretudo nos dois primeiros ensaios, como caso único no Brasil, nascido das particularidades de meio, de raça e de organização sócio-econômica singulares. Os três trabalhos foram produzidos por autores influenciados pelo cientificismo que determinou igualmente o surgimento do republicanismo sulino.

Em inícios dos anos 1880, jovens estudantes rio-grandenses da Faculdade de Direito de São Paulo fundaram o Clube 20 de Setembro para celebrar o republicanismo sulino em primeira consolidação. Sob encomenda do Clube, em 1882, Alcides de Mendonça Lima publicou uma *História popular do Rio Grande do Sul* e Joaquim Francisco de Assis Brasil, uma *História da república rio-grandense*. Os trabalhos associavam as visões tradicionais sobre a sociedade pastoril com o programa autonomista republicano rio-grandense (Lima, 1935; Assis Brasil, s.d.).

A obra de Alcides Lima aborda a história política sulina, da fundação de Sacramento à independência do Uruguai, obedecendo, em geral, da periodização e seguindo muitas idéias dos *Anais* de José Feliciano. O livro destinava-se a ser “introdução necessária” ao livro de Assis Brasil, dedicado à Guerra Farroupilha (Assis Brasil, 1882). Nativos da Campanha, os dois jovens, então influenciados pelo cientificismo republicano, participariam, décadas mais tarde, da oposição liberal-pastoril à hegemonia do PRR que fundaram. Alcides de Mendonça Lima nasceu em Bagé, em 1859, filho de português e brasileira. Abolicionista e republicano, participou do “Clube 20 de Setembro”, do Clube Republicano Acadêmico e do Centro Abolicionista de São Paulo. Formou-se em 1882, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Participou da primeira constituinte republicana, de 1890-1, e da primeira legislatura federal, de 1891-3, como deputado eleito pelo PRR. Foi promotor público e juiz de Comarca.

Em sua *História popular*, Alcides Lima descreve em forma ufanista o meio e os recursos naturais sulinos: “Além da exuberância das terras, das facilidades das comunicações e da doçura do clima, o país transbordava de animais necessário ao consumo diário, pondo desse modo a alimentação carnívora ao alcance de todos [...]”. Registra a gênese sulina de “população, rica, culta e independente”, “baluarte contra a tirania”. Na época, o determinismo geográfico e racial era tido como dado *científico*. Alcides Lima participa da desqualificação de Saint-Hilaire do mestiço de europeu e nativo e defende, ao arrepio da realidade, que tal miscigenação ocorrera no Sul em “doses mínimas”, quase inapreciáveis, sobretudo com o guarani e o charrua (Lima, 1935: 30, 41-50).

Para Alcides Lima, a constituição do *povo* rio-grandense seria determinada pelo português, pelo açoriano, caracterizado pelo “amor ao trabalho”, pelo paulista, pelo mineiro e por imigrantes alemães, “morigerados e laboriosos”. No Sul, o imigrante teria encontrado o “clima” que lhe era “mais próprio”, idéia habitual nas décadas seguintes. Quando da colonização européia, o “índio” já se encontraria em “reduzido número”. Portanto, no Sul, ocorreria a “coincidência feliz da raça povoadora com as qualidades físicas do local” (Lima, 1935: 173, 30). Propõe que o “delírio pelas estâncias” envolvera os “lavradores”, generalizando-se como prática econômico-social. Defende que a “vida fácil e folgazã dos campos” e os “exercícios constantes de destreza física e de independência moral” ensejaram que o “aparecimento das estâncias” constituísse o “primeiro passo da democracia rio-grandense”, sentida como necessidade pelos “estancieiros livres”. Empreende referências elogiosas e ambíguas ao “gaúcho”, que não confunde com o fazendeiro (Lima, 1935: 97-99;103-4; 125).

JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL

Assis Brasil nasceu em São Gabriel, filho de ricos estancieiros descendentes de açorianos. Em 1876-82, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, participando da fundação do Clube 20 de Setembro e do Clube Republicano Acadêmico. Em 1882, publicou sua *História da República Rio-grandense*. Participou da fundação do PRR e foi deputado provincial em 1884-6 e 1886-88 e constituinte, em 1890. Opôs-se à orientação dada por Júlio de Castilhos ao PRR. Integrou a diplomacia brasileira até 1907. Fundou a granja e castelo de Pedra Altas, no meridiano sulino. Transformou-se no principal líder do latifúndio sulino, ao ser derrotado nas eleições para presidente do Estado (1922) e capitanear politicamente a malograda Revolução de 1923. Participou da fundação do Partido Libertador, em 1929, apoiou a Revolução de 1930, foi constituinte em 1934, morreu em 1938.

O ensaio de Assis Brasil possui longa introdução sobre a formação sulina, que se apóia no determinismo racial e, sobretudo, geográfico. Assis Brasil defende que todos os “característicos peculiares do povo, todos os seus hábitos e o próprio tipo de constituição física” teriam “rigorosa correlatividade com as circunstâncias particulares do meio”. O clima frio imprimiria “um tom especial à fibra do habitante” sulino e explicaria em “grande parte” os “méritos da raça saxônica” (Assis Brasil, s.d.: 34).

O ufanismo de Assis Brasil é extremado: para ele, o Rio Grande seria caso único no Brasil: “O solo de nenhuma das outras províncias brasileiras pode ser equiparado ao do Rio Grande, cuja natureza e conformação o tornam, relativamente ao resto do país, o que se pode chamar – um mundo à parte”.

Desmente claramente Nicolau Dreys. “Além de ouro e prata que em vários pontos constituem preciosos veios, todos os minerais de mais fecunda utilidade encontram-se em prodigiosa abundância.” Propõe com maior ênfase que Alcides Lima a singularidade *étnica* do rio-grandense, plasmada pelo “meio cósmico” singular. “Os elementos de que se formou a população do Rio Grande diferem em muito dos que originaram a dos outros territórios do país”. Dedicava amplo espaço às etnias fundadoras: o “açoriano”; o “português”; o “paulista”; o “mineiro”, em menor número, o “espanhol”, minimizando a contribuição do africano e sobretudo do nativo (Assis Brasil, s.d.: 11, 19, 21).

Sobre o africano, reconhece que, nos anos 1830, “o sangue etiópico” já penetrara na “massa da população”, porém, segundo ele, sem “quantidade eficiente que acentuasse nela uma influência decisiva”. Os escassos “índios” teriam sido arrebanhados pelos jesuítas nas Missões e exterminados na Guerra Guaranítica e nas décadas seguintes. Os que se mantinham, nos anos 1830, eram “caboclos puros na sua quase totalidade”. Encerra a questão propondo que na “população rio-grandense”, o “elementos africano e autóctone exerceram ação quase nula”. Os “atributos físicos” e “morais” do rio-grandense seriam produto da ação direta do meio ou indireta, através dos seus frutos. As qualidades do “gaúcho”: “robusto, corado e musculoso”, “olhar irrequieto e penetrante”, “dentes alvos e fortes”, “espinha dorsal” reta, superiores às do “nortista” e do “caipira” paulista, deveriam-se ao clima singular e à alimentação à base da carne, em inversão radical ao que propusera José Feliciano (Assis Brasil, s.d.: 26, 29, 31, 40).

Para Assis Brasil, como para Alcides Lima, o gado *vacum* seria tão abundante que sua carne alimentaria o “rico” e o “pobre”. A fazenda pastoril, de “fácil aquisição”, teria nivelado, “mais ou menos, as condições de fortuna”, ensejando trabalho tido pelo “gaúcho” como “divertimento”. Certamente consciente que a romantização da faena pastoril minava a imagem do campeiro como guerreiro, assinalou que se tratava de “lida” “bárbara e ferosa”, comparável aos “ásperos trabalhos da guerra”. Empreende descrição realista dos trabalhos do tropeiro, ferindo as propostas das tarefas rurais como jogo. Sua conclusão sobre o Sul é peremptória: “[...] não há província tão diversa do resto do país [...] que rigorosamente não tem com qualquer das suas irmãs exato ponto de coincidência geográfica ou etnográfica.” (Assis Brasil, s.d.: 37, 42, 48).

O PRIMEIRO TRADICIONALISTA

João Cezimbra Jacques nasceu em Santa Maria, em 1849, de família de raízes rio-grandenses, catarinenses e baianas. Ingressou jovem na carreira militar; participou da guerra contra o Paraguai; cursou a Escola Militar, na Cavalaria; integrou o quadro de instrutores das academias militares do Rio Grande. Era

adepto do positivismo comtiano e foi um dos fundadores do PRR. Para o positivismo comtiano havia raças *diferentes*, e não *superiores e inferiores*, devido às diversas dominâncias da *inteligência, afetividade e atividade*. Os “negros” seriam superiores aos “brancos” no *sentimento* e inferiores na *inteligência*. Os “amarelos” seriam superiores a ambos na *atividade* e inferiores na *inteligência e afetividade* (Jacques, 1979: 78-79). Cezimbra Jacques organizou o “Grêmio Gaúcho”, em Porto Alegre, em 1898, para cultivar as lides campeiras, que praticava em fazendas de parentes e amigos (Jacques, 1979: 9-11).

Indigenista e protetor dos nativos, Cezimbra Jacques possuiria “traços do silvícula nacional”. Falava francês, guarani e conhecia elementos do caingangue. Seu livro *Costumes do Rio Grande do Sul*: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica, publicado em 1883, em Porto Alegre, foi construído a partir de colaborações anteriores publicadas em jornais e revistas. A apresentação geográfica inicial da província possui referências laudatórias à região de cunho retórico, porém distantes dos delírios nativistas de Assis Brasil. O destaque sobre a importância e a integração permanentes dos nativos – “primeiros habitantes” – à formação da sociedade rural e urbana rio-grandense contrapõe-se frontalmente à leitura de Alcides Lima e Assis Brasil. Cezimbra Jacques retoma apenas como orientação inicial a periodização tradicional, ao abordar a fundação das Missões e a “Posse do Rio Grande”. A seguir, empreende apresentação das principais “povoações”, mais próxima do projeto de Chaves e Dreys, assinalando o recenseamento de 1814, com 2.212 cativos para população de 6.111 habitantes, e a grande incidência de cativos nas grandes aglomerações. A maior parte do livro é dedicada à descrição e análise da “população”, do “gaúcho” e das “estâncias”. Os “divertimentos”, as “danças”, a “poesia”, o “vocabulário”, etc. sulinos são discutidos (Jacques, 1979: 15, 20, 38).

ORIGEM PURA

Na descrição dos ascendentes do rio-grandense, retoma a proposta da grande contribuição dos lagunenses, paulistas, mineiros, açorianos. Enfatiza a contribuição dos “tapes, minuanos, botucaris, guaicanans e talvez de charruas” e assinala a participação dos espanhóis. Cezimbra Jacques não podia desconhecer a importância da população escravizada, assinalada ao apresentar informações estatísticas sobre a população sulina. Ao concluir o ensaio, apresenta dados sobre a demografia sulina da sua época: 364.526 homens livres e 66.519 escravizados.

No momento em que registra essa contribuição, assinala seus paradigmas ideológicos. “É indispensável também não olvidar os negros africanos, que o egoísmo [...] impeliu aos traficantes a abusarem da natural *inferioridade moral dessa raça* para introduzi-los *não só nesta província em pequeno número, como em*

maior, nas outras partes do Brasil e de toda a América [...]. Porém, além de desqualificar numericamente a introdução no Sul do africano, em relação ao resto do Brasil, e sua qualidade *racial*, propõe que o mesmo “muito pouco” teria se “combinado com os brancos, devido a uma natural repugnância na aproximação dos sexos [...]” (Jacques, 1979: 45; destacamos).

Apoiando-se nas visões *racistas-científicas* do século XIX, propõe que os “rio-grandenses herdaram necessariamente” os dotes raciais hereditários que define como excelentes dos “paulistas”, “mineiros”, “açorianos”, “lagunenses”, “espanhóis” e “índios tapes e minuanos”. Qualidade racial que, para ele, Alcides Lima e Assis Brasil, não teria sido rebaixada pela influência *africana*. Cezimbra Jacques registra algumas razões *epistemológicas* que o levavam a negar arbitrariamente a contribuição do africano, ao assinalar que os “biólogistas” definiam como “hereditariedade” a “lei natural” que determinava que as “espécies animais herdavam todas as qualidades morais e físicas” de seus “progenitores”. A lei seria “fato demonstrado” inexoravelmente. Às determinações raciais, o autor junta as influências do meio, do clima e da alimentação na formação do rio-grandense. A alimentação rio-grandense simples e substancial baseada no “leite de vaca, na carne do gado vaccum” teria contribuído para a força e nobreza do sulino. O fato de viver e trabalhar, “desde a idade mais tenra”, em estâncias e campos afastados, levava-o igualmente a reagir “naturalmente contra as imaginações fantásticas” próprias ao espírito supersticioso (Jacques, 1979: 47).

Emprende longa discussão sobre o gaúcho, habitante da campanha, descendente do nativo, sobretudo de “índigenas tapes e minuanos”, e de sua miscigenação com o português, em grande parte apoiada em Dreys. Nesse sentido, é precursor da integração do *gaúcho* como base do mito fundador da sociedade sulina. Registra a tese de que a farta alimentação em carne livrava o rico e o pobre da necessidade econômica. Sua intimidade com a fazenda permite-lhe valiosa descrição das práticas pastoris, das quais não aliena a contribuição do cativo: “Para o desempenho destes trabalhos perigosos e ao mesmo tempo agradáveis, higiênicos e poéticos, têm em geral os estancieiros um capataz e um certo número de peões ou, em lugar destes, os escravos.” Romantiza e reafirma o caráter lúdico do trabalho pastoril, sem negar os importantes e duros esforços que exigia. Talvez por aprofundar-se em descrição quase etnográfica da estância, não desenvolve como Alcides Maia e, sobretudo, Assis Brasil, uma defesa da *singularidade* e *excelência* das condições de vida sulina devidas à democracia pastoril (Jacques, 1979: 47, 63, 65-66). O alijamento do cativo e do nativo –à exceção de Cezimbra Jacques– de da cepa original do rio-grandense, devido as suas *qualidades raciais inferiores*, exclui do passado dois elementos fundamentais do mundo do trabalho, subalternizados no processo de constituição da formação social sulina. Porém, é bom lembrar que Alcides Lima, Assis Brasil e Cezimbra Jacques escreveram em

período em que enfuriava o abolicionismo. As referências telegráficas não significam o desconhecimento da existência do cativo: registram a sua desqualificação social e a idéia de que não fazia parte do “povo” rio-grandense. É também determinante a reconstrução mítica do passado, apoiada em racionalização sociológica da proposta ideológica da excelência social regional nascida de unidade produtiva pastoril –a fazenda– sem contradições efetivas.

HISTÓRIA E MITO: DEMOCRACIA PASTORIL E PUREZA ÉTNICA NO RS

Na primeira metade do século XX, quando o novo bloco político-social republicano estabelecera já sua hegemonia sobre a região, dois intelectuais orgânicos, um de orientação castilhistas, o outro de raízes liberal-pastoris, apresentaram interpretações sociológicas organicamente consolidadas que também defendiam o caráter singular da formação social rio-grandense, apoiados nos mitos da democracia pastoril, da produção sem trabalho, da qualidade étnica regionais, da alienação do afro-sulino da formação sulina.

Rubens de Barcellos nasceu em 1896, em Porto Alegre, onde se formou em Direito. Filho de comerciante de posses, dedicou-se aos estudos históricos, sociológicos e literários, publicados em revistas e jornais. Morreu em 1951. Mansueto Bernardi e Moysés Vellinho editaram reunião de seus trabalhos (Barcellos, 1955: 20-38). O “Esboço da formação social do Rio Grande do Sul” constitui ensaio que integra, salvo engano por primeira vez, em forma orgânica, os grandes movimentos sócio-produtivos da evolução histórica sulina, segundo o receituário republicano-positivista. Sua interpretação apóia-se claramente na obra *Facundo*, de Domingo Faustino Sarmiento (Barcellos, 1955: 20-38; Sarmiento, 1996).

Barcellos assinala a gênese do sul lusitano em torno das primeiras fazendas de criação, nascidas após a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680. Destaca a chegada, estabelecimento e contribuição dos colonos açorianos, fiéis, trabalhadores e ordeiros, de sangue puro e “indene” à “mescla” racial, que originaram no Sul sociedade disciplinada e hierarquizada, em torno dos burgos militares, referências do poder real lusitano. Em antagonismo com as povoações e populações do *Leste*, surge na Campanha “classe numerosa de aventureiros que, abandonando a existência afanosa da labuta agrícola, entregava-se ao nomadismo sedutor da preia de gado nas linhas da fronteira”. A interiorização se fortalece, a partir de 1780, com a fundação das charqueadas. Essa população e militares que davam baixa, junto com “elementos castelhanos”, teriam originado a classe dos fazendeiros, senhores de “extensas fazendas de sesmarias”, que exploravam, apoiados por “agregados” e “peões”.

Para o autor, “essas massas rurais, afastadas da disciplina, insuladas no seu meio bárbaro”, localistas, centrífugas, rebeldes, encarnavam “o espírito territorial”, em oposição ao centralismo do “reinol”. “Enquanto a campanha diferenciada gravitava com o Prata, as cidades representaram o espírito de continuidade histórica, o feitio português, e depois, o feitio brasileiro e nacional.” Com a crise da produção tritícola, o mundo pastoril dominara o Sul, a partir do século 19. Barcellos radicaliza as referências laudatórias e salta as descrições da dureza dos trabalhos pastoris, apresentado-os, sem mediações, como “diversão”, “torneio”, parte de uma sociedade que não conheceria diferenças de classe. “A atividade de uns e outros, de proprietários e gaúchos, é a mesma, como são idênticos seus hábitos”.

FONTES ERUDITAS

Barcellos apresenta algumas das possíveis fontes eruditas do mito da democracia rural e da produção pastoril sem trabalho. Assinala que o “profundo e brilhante” sociólogo Oliveira Vianna, em *Populações meridionais do Brasil*, defendia que “fazendeiros e peões” fraternizavam “na labuta do campo” e que essa “aproximação de classes” devia-se à “natureza fácil e agradável dos trabalhos rurais”. Por seu lado, propõe que entre as “causas igualmente poderosas” da fraternização pastoril encontrava-se a “quase ausência da escravidão” no pastoreio. Barcellos escuda-se em Sarmiento para propor que a produção pastoril “não tem o caráter regular, obrigatório e necessário, do trabalho da lavoura ou da fábrica”, já que os “pastores” apoiariam-se, não na escravidão dos homens, mas na “escravidão do gado” para livrarem-se do trabalho.

Para Barcellos, a fazenda pastoril, que desconhecia a escravidão e não exigia trabalho, aproximava fazendeiros e peões. “Fora dos momentos de atividade intensa do desporto guerreiro dos rodeios, o pastor rio-grandense é um ocioso.” Segundo ele, a oposição entre a população da cidade, ordeira fiel ao rei, ao imperador e à nação, e o mundo rural centrífugo dos peões e fazendeiros, seria superada, desde 1824, com o ingresso por uma nova “raça” de “germanos louros, persistentes e laboriosos”. Seguidos, pelos italianos, poloneses, suecos e espanhóis, os recém-chegados teriam retomado o cabo do arado abandonado pelo açoriano, transformando, na exploração de suas pequenas propriedades, “o agreste cenário da mata virgem” “na paisagem ridente de searas fartas e aldeias felizes”. Um impulso europeu que, a seguir, se faria sentir na indústria e no comércio.

Barcellos assinala sobretudo que a massa de imigrantes estava “se amalgamando, lentamente, de geração em geração, no nosso corpo social, difundindo nele o espírito europeu, e, portanto, a própria civilização ocidental.” Registra que o predomínio passado da sociedade pastoril ameaçava “desabar pela

base, que sempre foi o latifúndio, posto em cerco pelo pequeno domínio, avultado cada dia pelo crescimento da população agrícola”. No novo contexto de domínio econômico e demográfico da produção colonial-camponesa, “energia propulsora” do desenvolvimento sulino, à Campanha, não restaria outro caminho do que se subsumir ao “industrialismo contemporâneo”, transformando-se em “estabelecimentos meramente industriais”.

Em plena expansão da economia colonial-camponesa, Rubens de Barcellos integra a narrativa tradicional sobre a formação social sulina singular, de origem latifundiário-pastoril, à nova leitura do Sul como sociedade de homens trabalhadores, industriais e ordeiros, de origem européia, com crescente destaque para os imigrantes que realizariam o destino *industrial* sulino, como prognosticavam a sociologia e o programa republicano-positivistas. Barcellos reconhece como herói do *passado* o açoriano e, sobretudo, o *fazendeiro-gaúcho*, mas aponta o *colono-camponês* europeu como o *prometeu* moderno. O cativo, que cita duas ou três vezes, é expurgado do cenário social e histórico, como o faria, logo, a síntese pictórica da formação social rio-grandense de Aldo Locatelli.

O ELOGIO DE SALIS GOULART

Desde meados do século XIX, ideólogos do “racismo científico” e do “darwinismo social” impugnavam as possibilidades de progresso do Brasil devido a sua população mestiça e negra. Na Primeira República, intelectuais de destaque como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, etc. defenderam a superação do *handicap étnico* do Brasil através de *branqueamento* promovido pela imigração européia. As leituras social-racistas eram funcionais à República, ao justificarem o monopólio político pelos *euro-descendentes* proprietários, que governariam em nome da totalidade da população. A partir de 1889, a conquista pelo castilhisismo-borgismo da hegemonia sobre o Rio Grande do Sul dera-se em grande parte devido ao apoio da sociedade colonial-camponesa serrana. Na chamada Revolução de 1923, o borgismo e o PRR obtiveram sua segunda e definitiva vitória político-militar sobre a oposição liberal-pastoril.

José Salis Goulart nasceu em Bagé, em 1899, e faleceu, em Pelotas, em 1934. Escreveu ensaios de poesia, ficção, política e sociologia e publicou, em 1928, *O Partido Libertador e seu Programa*. Em 1927, lançou *A formação do Rio Grande do Sul*, apologia sociológica do passado sulino visto como produto singular das determinações do “meio”, de “raça” e “sociais”. O livro, elogio do mundo pastoril, em profunda crise, apresentado como essencialmente democrático, empreende exacerbada retomada dos mitos da democracia e da produção pastoril sem trabalho, ao qual agrega exposição sobre o caráter benigno da escravidão sulina e o destino excelente do Sul devido a sua “pureza étnica”. O livro conheceu reedição aumentada em 1933 (Goulart, 1978: 199).

Goulart reconhece dolorido o inexorável retrocesso da sociedade pastoril diante da pequena propriedade colonial. Em referência quase direta ao autoritarismo borgista vitorioso em 1923, afirma que a “democracia e a liberdade” seriam “necessidades vitais do gaúcho”, já identificado ao fazendeiro. Uma liberdade que nasceria das entranhas da fazenda pastoril latifundiária. O desaparecimento da pequena propriedade agrícola dos primeiros tempos teria levado o homem pobre a incorporar-se à fazenda, em torno de um “chefe” que manteria “ligações amistosas” e trabalharia ombro a ombro com os subordinados. O “povo” sulino desconheceria a “atitude humilde” comum das “populações centrais” pobres. A “abundância de alimentos” nascida dos vastos rebanhos de “gados” determinara igualmente a “formação da democracia gaúcha”. A “carne” farta, que “apodrecia nos campos”, impedia que o Sul conhecesse os “bandos de gente faminta, a procurar trabalho” por qualquer sustento, permitindo que o “trabalhador do campo” não fosse “escravo do seu patrão”, mas o servisse “espontaneamente, quase sempre por amizade”. O “empregado” identificaria-se ao “patrão”, tornando-se “seu amigo e, por assim dizer, seu igual” (Goulart, 1978: 27-29, 35, 41).

Para Goulart, a fazenda organizava radicalmente a sociedade. Aqueles que não “possuíam latifúndios” conheciam comumente a “separação e a dissolução” das “famílias”. Dominadas pelo campo, as cidades não conseguiam formar classes que “ofuscassem a população rural”. A vida na fazenda era uma “festa contínua” e “ruidosa ao ar livre” e a vida do gaúcho, romântica e bucólica. Conhecedor da Campanha, o autor não nega a presença do africano escravizado, superando retoricamente o paradoxo da convivência da escravidão e da democracia ao propor que o “espírito democrático” pastoril formara-se antes da “grande introdução do elemento negro”, ensejando que os “escravos” fossem “melhor tratados aqui que nas demais províncias do Brasil” (Goulart, 1978: 31, 35, 83, 48).

CLIMA E RAÇA

O caráter benigno da escravidão sulina deveria-se também ao fato que o clima sulino, favorável ao europeu, garantia à “raça dominante” “superioridade de cultura e de aptidões” sobre as “outras”, tudo isso em contexto sócio-econômico pastoril no qual não regia a necessidade econômica, como vimos, devido à “abundância de alimentos” (Goulart, 1978: 48). No Sul, os “dominantes” não necessitavam “tiranizar os dominados”, pois a “sua superioridade era natural, harmoniosa em tudo”. Portanto, profundamente “generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos [...] com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil. O cativo aqui não conheceu os horrores das senzalas do Centro e do Norte [...]”. As notícias de “levante de escravos” referentes ao Rio Grande teriam sido “boatos” sem “aspecto sério” nascidos do mero “temor” (Goulart, 1978: 49, 77-78).

Goulart participava sem pejo dos desvarios das teorias racistas de sua época. Apoiando-se nas lucubrações de Alexander Von Humboldt (1769-1859), Paul Topinard (1830-1911), Oliveira Vianna (1883-1951), escreveu capítulo específico sobre o “Problema das raças” no Sul. Para ele, a hierarquia racial era dado científico e a “mestiçagem” representava “papel importante na gênese dos acontecimentos sociais”, ao produzir um ser biológico “inferior a qualquer dos seus genitores”. Retomando de Oliveira Vianna a proposta de que no Sul o “elemento branco teria predominado de modo notável”, defende que esse “contingente de raça branca, fundida com menor coeficiente de sangue indígena e africano”, garantiria o destino rio-grandense (Goulart, 1978: 107).

Para apoiar suas teses racistas, Goulart, empreende verdadeira *limpeza étnica* na formação étnico-social sulina. Após reconhecer a importante contribuição do nativo à população inicial, propõe que a “grande mortandade” dos nativos, devido à “vida irregular que levavam”, à “sífilis”, ao “álcool”, e à “varíola”, teria-os dizimado em “numero extraordinário”, permitindo a “predominância incontestável” do “sangue branco”. Propõe que as estâncias trabalhassem com poucos braços e reconhece que as “zonas de intensa agricultura” e os “centros de fabricação de charque” exigiam “escravidão numerosa”. Porém, para ele, o “sangue negro, bem depressa”, desaparecera no Sul, “confundindo-se no sangue branco”, permitindo que a população sulina já fosse em 85% “ariana” (Goulart, 1978: 179-180).

Para Goulart, havia que saudar a “vantagem” do “Sul” por ter tido, sempre, um “coeficiente branco maior do que o negro ou índio”, o que lhe assegurara sua “fisionomia” “européia, cheia de humanismo, de generosidade, de probidade”. Essas qualidades excelentes dos “elementos superiores” haviam-lhes garantido a capacidade de “guiar para o bem os inferiores [sic], evitando que estes se desmandassem, enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais”. O futuro ridente do Rio Grande do Sul estaria definitivamente garantido pois, com o “afluxo sempre maior e cada vez mais crescente do sangue europeu”, os “mestiços tenderam” e tenderiam a “retornar, pelo fenômeno de regressão atávica, ao tipo branco”. Sua conclusão é clara: “A grande massa branca que possuímos guiará para destinos superiores o povo gaúcho, elevando-o a uma alta posição no seio da comunidade brasileira.” (Goulart, 1978: 107, 170, 188).

PELOS CAMINHOS TRAÇADOS

De 1937 a 1945, a ditadura do Estado Novo impôs profundo consenso conservador sobre o Brasil. No Sul, o novo regime não causou rupturas estruturais no mundo cultural, pois em boa parte apenas *nacionalizou* a ordem *castilhistaborgista* regional, a qual inspirava boa parte de seu desenvolvimentismo autoritário. Apenas na literatura, ficcionistas de qualidade ensaiaram interpretações

dessacralizadoras sobretudo sobre a estância e a proposta de harmonia estrutural entre fazendeiros e peões. Durante e nas décadas seguintes ao Estado Novo, os mais célebres ensaístas sulinos – Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes, Riograndino da Costa e Silva, Souza Docca, Arthur Ferreira Filho, etc. –, prosseguiram apresentando em forma monocórdia o Sul como produto quase exclusivo do trabalho livre, sobretudo de origem lusitana, divergindo principalmente no que se refere a uma ignorância mais ou menos radical da presença do cativo e do nativo. À exceção de alguns renitentes como Moysés Vellinho, abandonou-se o argumento racista explícito, devido à derrota do Eixo, pela simples negação da contribuição fundamental do africano, do afro-descendente e do nativo à construção do Sul (Vellinho, 1962, 1970, 1975; Ornellas, 1976; Fortes, 1968; Silva, 1968; Docca, 1954; Ferreira Filho, 1965).

Em *Gaúchos e beduínos* (1948), Manoelito de Ornellas ignora o negro como formador do RS: “O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas [...] diferenciadas nos seus propósitos mas semelhantes nas suas origens raciais [espanhóis, mamelucos, ilhéus]. E o lastro, em que se fundiam as correntes alienígenas, era o índio [...]”. Das 235 páginas de *Capitania d’El Rei* (1964), de Moysés Vellinho, apenas onze abordam o cativo! Em *Frenteira* (1975), o mesmo autor não se refere ao negro e achincalha a qualidade *racial* do nativo. Guilhermino César, a principal expressão da historiográfica tradicional, profundo conhecedor da documentação histórica sulina, em *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1955), não arrolou o africano na “cepa originária” sulina (César, s.d.). Em *História do Rio Grande do Sul: Período colonial* (1956), dedicou sub-capítulo ao “negro” e, mais tarde, escreveu artigos jornalísticos sobre o cativo, sem jamais torná-lo um dos eixos explicativos da sociedade rio-grandense (César, 1970).

AS RAÍZES SÓCIO-PRODUTIVAS DO MITO

Os mitos da “democracia” e da “produção pastoril sem trabalho” não foram narrativas inventadas pelos intelectuais orgânicos das classes dominantes. Se os grandes temas dessa literatura se repetem nas diversas apresentações sobre o passado sulino, isso não se deve a simples processo de reprodução genealógico de conteúdos, ainda que esse fenômeno tenha tido importância nessa elaboração. Os intelectuais orgânicos rio-grandenses organizaram, refinaram e sustentaram, histórica, sociológica e ficcionalmente as grandes narrativas apologéticas sobre as condições de existência das estâncias realizadas sobretudo pelos próprios proprietários pastoris. Trataram-se de representações dominantes surgidas naturalmente das relações sociais de produção pastoril. Essas narrativas originais foram produzidas através de elaboração coletiva produzida através da ênfase, exclusão, hierarquização e generalização de aspectos parciais objetivos do mundo pastoril.

A produção pastoril era atividade extensiva apoiada no braço trabalhador e nas condições naturais de produção: pastagens, aguadas, etc. Ela possuía uma esfera produtiva natural e outra mercantil. A primeira, satisfazia as necessidades da fazenda em alimentos, benfeitorias, etc. A segunda, dominante, voltava-se à produção mercantil de animais, couros, etc. O caráter semi-natural e, portanto, semi-social do pastoreio contínuo determinou que exigisse número *relativamente* pequeno de trabalhadores. É lacunar a informação sobre as condições de existência dos cativos e peões nas estâncias. Sobretudo nas fazendas mais ricas, os cativos campeiros conheceriam algumas vantagens em relação aos cativos empregados em atividades mais pesadas: construção de cercas; manutenção dos caminhos; etc. As condições de existência seriam igualmente superiores em relação ao trabalho nas fazendas agrícolas de exportação. Havia estâncias menores mantidas pelo esforço dos proprietários, apoiado eventualmente em um cativo ou peão.

A construção do mito da *democracia pastoril* assentaria raízes na romantização, inconsciente, semi-consciente e consciente, nos séculos XVIII e XIX, pelos grandes fazendeiros rio-grandenses, das relações pastoris propriamente ditas de produção, e na generalização abusiva das relações de produção conhecidas sobretudo nas fazendas menores, desconhecedoras do trabalho escravizado. Uma narrativa que teria se consolidado à medida que os trabalhadores escravizados foram vendidos, a partir de meados do século XIX, para atividades escravistas mais rentáveis e, sobretudo, após a Abolição. Os mitos da “democracia pastoril” e da “produção sem trabalho” coadunavam-se melhor à estância platense, que jamais contou com tantos cativos, durante tão longo tempo, como a fazenda sulina. A dominância do *peão* livre nos pampas platenses, ainda que comumente obrigado compulsoriamente ao trabalho, facilitava a retórica sobre o *gaucho* e o trabalho pastoril, ao contrário do que ocorria nas fazendas rio-grandenses no RS e no norte do Uruguai. No Sul, as narrativas apologéticas sobre a “democracia pastoril” exigiam que o peão, vestindo os panos enobrecedores de um *gaucho* romantizado, que se assemelhava, cada vez mais, ao fazendeiro, fosse apresentado como único responsável pelas tarefas pastoris e paradigma excelente do rio-grandense.

Vimos que desde meados do século XIX, ideólogos do racismo-científico impugnavam o Brasil devido a sua população afro-descendente e nativa. A imigração colonial-camponesa alemã (1824), italiana (1875), polonesa (1910), etc. modificou relativamente o perfil sócio-econômico rio-grandense, ao ensejar a consolidação, inicialmente no nordeste sulino, de uma sociedade de pequenos camponeses proprietários com forte dinamismo econômico, social e demográfico. As primeiras referências às raças formadoras do povo rio-grandense – portugueses, açorianos, paulistas, mineiros, etc.– marginalizavam os nativos e os africanos e afro-descendentes escravizados, não considerados como parte do “povo” e da “população” sulina, compreendida como formada apenas pelos homens livres de

origem portuguesa com posses. Porém, Gonçalves Chaves propôs, precocemente, a integração do cativo à comunidade nacional, através de sua emancipação.

Em 1889, a República ensejou a vitória no RS de projeto autonomista pró-capitalista que promoveu modernização conservadora do Estado. Então, a proposta de um RS e de uma população singular, *trabalhadora* e *ordeira*, de *futuro radioso*, apoiou-se na narrativa do caráter plenamente dominante, no presente ou no futuro, de população rio-grandense de *limpidas origens européias*. Nessa narrativa, a população rio-grandense de origem nativa e africana seria uma excrescência. A nova retórica republicano-positivista enfatizou o destino industrial do RS, integrando ao seu relato a antiga narrativa da excelência e do domínio pastoril regional, como registrou a brilhante síntese republicano-positivista de Rubens de Barcellos e reconheceu as lamúrias liberal-pastoris de Goulart. A fazenda seria o passado glorioso: o presente e o futuro dependiam da pequena propriedade colonial-camponesa, do comércio, da cidade, da indústria, apoiadas no braço do imigrante europeu.

A RESTAURAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO CATIVO SULINO

Nos anos trinta, eram fortes no Brasil as teorias deterministas geográficas, geopolíticas, racistas e eugenistas européias, fortalecidas pelas vitórias do fascismo, do nazismo, do salazarismo. Desde meados do século 19, pensadores nacionais e internacionais hipotecavam o futuro do Brasil devido à conformação racial *inferior* de seu povo. Essas teorias sustentavam o monopólio da gestão republicana pelas *elites brancas*. O forte ingresso das classes populares no contexto mundial e nacional questionava essa narrativas. Sem abandonar o racismo e elitismo dominante, Gilberto Freyre *resolveu a impugnação racial* com interpretação apresentada em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos* que justificava a mestiçagem como necessária ao estabelecimento da civilização ocidental nos trópicos. Sua narrativa adocicava a escravidão, sobretudo nordestina, e a hierarquização racial da sociedade *lusó-afro-brasileira*, passada e presente (Freyre, 1969: 1936). Sobretudo *Casa-grande & senzala* tornou-se interpretação oficiosa do passado e das relações raciais no Brasil. Ainda que a leitura da benevolente e sensual escravidão de Freyre e de seus epígonos se restringisse às cozinhas e às alcovas da casa-grande, desprezando o cativo que trabalhava e resistia, na senzala e no eito, Freyre teve ao menos o mérito de despertar a *intelligenza* da época para as raízes escravistas e africanas do Brasil.

Sob a influência de *Casa-grande & senzala*, o advogado Dante de Laytano empreendeu o primeiro projeto de investigação sistemática sobre o negro no Rio Grande do Sul. Dante de Laytano nasceu em 1908, em Porto Alegre, filho de

imigrantes italianos. Formou-se em Direito, foi professor de Filosofia, Literatura e História em instituições secundárias e universitárias, diretor do Departamento de História da UFRGS, membro do IHGRS, diretor do Museu Júlio de Castilhos [1952-60], etc. Nos anos 1930, simpatizava com o fascismo; no Estado Novo, colaborou com Coelho Neto, secretário de Educação e Cultura do RS. Faleceu, em Porto Alegre, em 2000.

A literatura *africanista* de Laytano foi parte de vasta produção literária, lingüística, histórica, sociológica, etnográfica, folclórica etc. de cunho eclético. Em 1936, publicou artigo sobre o negro no RS, “Os africanismo no dialeto gaúcho”, no nº 62 da Revista do IHGRS e, em 1937, “O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul”, nos anais do II Congresso de Estudos Afro-Brasileiros de Salvador. Três anos mais tarde, apresentou a comunicação “Como viu Saint-Hilaire o Negro no Rio Grande do Sul”, ao II Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense. Em 1942, publicou o capítulo “Alguns Aspectos da História do Negro no RS”, no livro *Imagem da terra Gaúcha*, pela Editora Globo.

Em seu artigo de 1937, Laytano registra sua aproximação confusa e eclética à história do Rio Grande; a parcial consciência da importância do cativo, devido aos dados estatísticos; a aceitação das teses da democracia pastoril. Sua comunicação de 1957 constituiu o estudo mais acabado da época sobre a importância e introdução precoce do negro no Sul, sempre apoiado nos dados estatísticos. O estudo analisa setenta e dois casas de cultos afro-brasileiros da capital, submetidas totalmente à “força espiritual da mitologia sudanesa”.

Laytano destaca o trabalho cativo na triticultura, charqueada, secundariamente na fazenda, e sua ausência na colônia alemã. Refere-se à libertação de cativos “do pastoreio” para lutarem na “cavalaria”, e “agrícolas”, na “infantaria”, na Guerra Farrroupilha. Destaca o espírito libertário dos *farrroupilhas* e que o Império libertou os negros que desertaram. Serve-se das observações de Saint-Hilaire e, sumariamente, de Dreys e de Arsene Isabelle, para registrar o trabalho escravizado no comércio, fazendas, plantações, residências, tropas, charqueadas, transportes, etc.

Laytano assinala as referências de Saint-Hilaire e Dreys ao bom tratamento e desanca a ênfase de Isabelle aos maus-tratos do cativo no Sul, sem chegar a abonar a tese da “escravidão feliz”. Conclui abordando as lendas, *causos*, tradições e registros literários sulinos sobre o cativo. O trabalho registra sua concordância com a visão de Freyre sobre a capacidade *física* e *afetiva* do “negro”, sua superioridade ao “indígena” e inferioridade ao “branco”. Sobretudo, a comunicação comprova a importância do cativo no RS e estabelece roteiro de investigação sobre importantes aspectos da escravidão sulina.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Os estudos de Laytano não fizeram escola. Foi a partir do projeto de investigação das relações raciais no Brasil, desenvolvido pela Escola Paulista de Sociologia que Fernando Henrique Cardoso desenvolveria e publicaria, em 1962, sua tese de doutorado pela Difel, de São Paulo, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Baseado em fontes primárias impressas, o trabalho constituiu a primeira leitura geral da escravidão rio-grandense a partir de visão global claramente científica. O livro de Cardoso destaca a importância da escravidão no RS, crítica a “democracia pastoril”, a “escravidão benigna”, centrando seu enfoque na produção charqueadora, já que lhe interessava, sobretudo, discutir os empecilhos postos pela escravidão, vista como *capitalismo incompleto*, ao desenvolvimento da economia moderna, dificuldade que o autor termina explicando como produto da incapacidade dos charqueadores de abandonarem a mentalidade escravocrata. A fusão do marxismo, weberianismo e funcionalismo levaram-no a ignorar o cativo como protagonista do passado sulino, não se referindo, a não ser em forma telegráfica, às suas formas de resistência.

Após a importante obra de Cardoso, abriu-se um novo hiato cronológico nos estudos sobre o escravismo sulino, em parte devido ao retrocesso cultural e científico ensejado pelo golpe de 1964. O fato de que a tese de Cardoso nascesse também de projeto externo ao RS contribuiu para essa ruptura. Em 1976, em plena ditadura, quando da celebração pelo governo do Biênio da Colonização e Imigração Ítalo-tesca no Rio Grande, o major Cláudio Moreira Bento, especialista em história militar, realizou recopilação geral dos passos do cativo no RS, em sentido claramente integracionista, sem preocupações conceituais: *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul*. O livro divide-se em seis capítulos, onde são abordados “Aspectos da presença do negro no Brasil”, o “negro no Rio Grande do Sul”, nos diversos momentos da história rio-grandense: 1635-1735; 1737-1822; da Independência à Guerra Farroupilha; de 1851-1870; “do abolicionismo à atualidade” (Bento, 1976). Em 1977, Nestor Ericksen publicou, junto com trabalho sobre a imprensa, a conferência proferida ao ingressar no IHGRS: “O negro no Rio Grande” (Ericksen, 1977).

Verônica Aparecida Monti defendeu, em 1978, no Mestrado em História da PUC-RS, a dissertação “O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884”, publicada, com o mesmo título, sete anos mais tarde (Monti, 1985). Dedicado ao estudo do abolicionismo sulino de 1884, o trabalho destaca a evolução do espírito emancipacionista, de cunho humanitário, como razão do movimento emancipatório, não constituindo estudo sobre a escravidão propriamente dita. O trabalho abre-se com breve discussão da introdução e

resistência do cativo e da gênese do sentimento abolicionista no Brasil. No segundo capítulo, “Negro no Rio Grande do Sul”, aborda a entrada, quantidade, qualidade e origem do cativo no Brasil e no Sul, registrando a presença precoce do trabalhador escravizado africano e afro-descendente na triticultura, charqueada, cidades, etc. sulinas. Propõe a presença e reafirma a pouca importância do cativo na fazenda pastoril.

O terceiro capítulo aborda o objeto da pesquisa: a abolição da escravatura sulina em 1884. Refere-se aos precursores individuais e coletivos do movimento e à “Paz de Ponche Verde” dos farroupilhas, vistos como libertários. Dedicar o quarto capítulo à “Expansão da idéia” abolicionista, com destaque para o Partenon Literário, imprensa e literatos. No capítulo quinto – “A marcha e a repercussão do movimento” – discute a “distribuição do elemento negro” no RS; a “irradiação popular do movimento” no Brasil, em Porto Alegre e no interior da província, após a Fala do Trono de maio de 1884; os “clubes abolicionistas” e os “partidos políticos diante da Abolição. Conclui com discussão dos “efeitos do movimento de 1884”. No trabalho, é forte a influência do estudo geral de Laytano, de 1957.

Monti aborda o movimento de 1884 como produto de sentimento humanitário que conquistara as classes proprietárias sulinas após o pronunciamento de dom Pedro, sob o ministério liberal. Realiza uma quase transcrição textual das narrativas dos jornais provinciais, principal fonte do trabalho, sem registrar e discutir a obrigação de prestação de trabalho gratuito por até sete anos dos libertados. Nessa longa abordagem, não há registro da luta abolicionista ou de seu reflexo entre a população cativa. O trabalho utiliza a bibliografia tradicional, dos anos 1930-50, sem referências à nova historiografia sobre a escravidão e a Abolição (Stanley Stein, Emília Viotti da Costa, Octávio Ianni, etc.). Sobre o Rio Grande, serve-se sobretudo do trabalho citado de Nestor Ericksen e não utiliza o trabalho de Cardoso.

ABOLIÇÃO E POSITIVISMO

Em 1982, quatro anos após a defesa da dissertação de Verônica Monti, Margareth M. Bakos apresentou, também na PUC, dissertação sobre a abolição da escravatura no Sul, apoiada sobretudo nos jornais do Império, publicada sob o título *Rio Grande do Sul: escravismo e abolição*. Bakos dirigiu, nas décadas seguintes, trabalhos de pós-graduação referentes à escravidão, apesar de ter centrado, a seguir, seu trabalho historiográfico em outros temas. O livro possui cinco capítulos: “O escravo na formação social sulina”, o “Rio Grande do Sul no contexto sócio-econômico do II Império”, o “processo de abolição e os partidos políticos”, o “processo de abolição e os republicanos positivistas”, o “processo da abolição e a imprensa”. Bakos visita a nova historiografia da escravidão: Ciro

Flamarion, Emília Viotti, Leslie Bethel, etc. Favorece seu trabalho a publicação, em 1875, do clássico de Robert Conrad: *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. (Bakos, 1982).

Uma bibliografia sobre o Rio Grande mais rica que a do trabalho de Monti –FHC, Moacyr Flores, Spencer Leitman, etc.– permite superação das narrativas ideológicas como o abolicionismo farroupilha e a *abolição* de 1884. Bakos, que praticamente não se refere ao estudo de Monti, registra que aquele movimento condicionou comumente a emancipação do cativo a sua prestação gratuita de serviços. A re-democratização do país, o novo ativismo sindical e os novos enfoques materialistas da escravidão refletem-se na pesquisa, que se serve, sobretudo formalmente, de categorias como “formação social” e “modo de produção”, compreendida esta última como sinônimo de “economia”, como registra a proposta de “modo de produção brasileiro” e “modo de produção gaúcho”.

Bakos estabelece paradoxo em seu trabalho. Por um lado, registra que “quatro anos antes da abolição”, o RS encontrava-se “entre as províncias de maior população escrava no Brasil”; que na província havia “resistência socialmente determinada a abolir a escravatura local”; que a divisão dos republicanos sobre o abolicionismo devia-se a causas econômicas. Por outro, defende a pouca importância econômico-social da escravidão, na última década da instituição, afirmando que a disputa abolicionista tratava-se sobretudo de questão partidarista. Essa contradição contribui para que sua valiosa contribuição, ao igual do que a de Monti, desenvolva-se sobretudo no plano da análise da vida política partidária e superestrutural, sem inserir o cativo como sujeito e objeto da disputa. O grande objeto de estudo é elucidar a ação de liberais, conservadores e republicanos comtiano sulinos no abolicionismo (Bakos, 1982: 19, 10).

O CATIVO COMO PROTAGONISTA

A partir de fins dos anos 1970, o Brasil ingressa em momento histórico singular, com importante influência nas ciências sociais, destacando-se a retomada dos estudos sobre a escravidão. No contexto da crise geral do capitalismo de 1970, o renascimento da luta sindical influenciou a mobilização pela democratização do país. A fundação do Partido dos Trabalhadores (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (1982), em sentido classista, registrou a centralidade que o mundo do trabalho ocupou naquele processo. Nesses anos, como parte do renascimento da reflexão marxista, através da superação da vulgata stalinista, desenvolveram-se reflexões sobre os múltiplos modos de produção. Ciro Flamarion Cardoso publicou artigos sobre o “modo de produção escravista colonial”, em 1973, reflexão apresentada, sob forma de crítica categorial-sistemática, por Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, que alcançou vasto

sucesso, sobretudo acadêmico, após o lançamento, em 1978 (Assadourian, 1973; Gorender, 1978).

Em 1980, Mário Maestri, nascido em Porto Alegre, em 1948, que vivera afastado do Brasil por sete anos, apresentou tese de doutoramento sobre “O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho”, na UCL, Bélgica, onde se graduara em História. O trabalho foi publicado, sob o mesmo título, na quase integralidade, em 1984, pela EST, de Porto Alegre. Em 1984, algumas das propostas da investigação foram apresentadas no ensaio sintético *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*, da coleção “Tudo é história”, da Brasiliense. O trabalho, que procurava apoiar-se epistemologicamente no método marxista, objetivava colocar o cativo como eixo interpretativo da história sulina. Seus principais objetivos eram comprovar a contribuição do cativo na formação sulina; assinalar a centralidade da produção charqueadora no processo; investigar a resistência escrava sulina, realidade até então quase desconhecida (Maestri, 1984; 1984b).

Em 1983, Berenice Corsetti defendeu na UFF, sob a direção de Ciro Flamarion Cardoso, a dissertação de mestrado “Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX”, interpretação de cunho materialista de alta qualidade analítica e documental que, lamentavelmente, não teve maior repercussão devido ao fato de não ter sido publicada. Nestes anos, historiadores sulinos interessados em outros domínios da história regional abordaram aspectos do escravismo sulino (Moacyr Flores, Rafael Copstein, Sérgio da Costa Franco, Paulo Xavier, Riopardense de Macedo, etc.). Em 1979, Spencer Leitman publicou em português sua tese de doutoramento, na qual enfatizou o caráter não abolicionista do movimento farroupilha e o sentido do massacre dos soldados negros no serro de Porongos, devido à tradição do alto comando militar republicano (Leitman, 1979).

As vastas atividades do programa nacional de comemorações do I Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, realizadas sob os auspícios de Celso Furtado, ministro da Cultura, deram-se no contexto da então recente institucionalização do país, em 1985, e do forte dinamismo do mundo do trabalho, fenômenos que contribuíram para o desenvolvimento do interesse pela história da escravidão, com a participação de muitos historiadores que jamais haviam abordado o tema. Devido à inexistência de pólo universitário de pesquisa sobre o tema e a visão da escravidão como fenômeno regional marginal, no Sul, os atos comemorativos não tiveram a mesma dimensão dos eventos ocorridos em outros estados com também forte tradição escravista. No RS, 1988 constituiu mais um ponto de partida do que um momento de aceleração das investigações sistemáticas sobre o escravismo regional.

No Rio Grande do Sul, como parte das celebrações do I Centenário, entre outras atividades, foram realizados levantamentos de fontes da escravidão sulina

–*Abolição e república*: Acervo do Arquivo Histórico do RS (Porto Alegre: EST)– e, em 1987, da legislação sobre a escravidão: *O processo legislativo e a escravidão negra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Fontes* (Assembléia Legislativa do RS). No número 125 de sua revista, o IHGRGS publicou número sobre a escravidão com artigos de Arthur Rebuske, Dante de Laytano, Earle Macarthy Moreira, Riopardense de Macedo, Moacyr Flores, Raphael Copstein, Ruben Neis, Sérgio da Costa Franco.

NÚCLEO DE HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO

A partir de 1989, Mário Maestri introduziu, como professor do Mestrado em História da PUC-RS, linha de pesquisa sobre a escravidão, organizada em torno do Núcleo de História Social da Escravidão –NHSE–, que materializou o novo interesse entre os pós-graduandos sobre os estudos escravistas. Como parte desse movimento, foram defendidas, nos anos seguintes, diversas dissertações de mestrado e teses de doutoramento referentes à escravidão, sobretudo rio-grandense. Todos esses trabalhos tinham como principal foco a pesquisa da contribuição do trabalhador escravizado ou de seus descendentes na formação social sulina.

Em dezembro de 1992, Agostinho Mário Dalla Vecchia defendeu a dissertação de mestrado “Os filhos da escravidão: memória dos descendentes de escravos da região meridional do RS”, publicado em 1993, com o mesmo título, pela UFPel. O trabalho, pioneiro sobre o registro da memória afro-rio-grandense, apoiou-se em trinta e dois depoimentos de descendentes de cativos de Pelotas. Os depoentes –antigos domésticos, peões, agregados, “filhos de criação”, etc.– forneceram rica informação sobre a memória da escravidão e da pós-escravidão e sobre o racismo e a exploração na região. A maioria dos depoentes de Dalla Vecchia declarou ser “filhos de criação”, o que o levou a empreender, a seguir, também na PUC, tese de doutoramento abordando esse fenômeno, comum nas famílias afro-descendentes nas décadas posteriores a 1888. Na tese “As noites e os dias: elementos para uma economia política da forma de produção filhos de criação” (1997), publicada, em 2001, pela EdiUFPEL, apresenta os elementos essenciais de economia política dessa forma de exploração, ensejada pela necessidade de famílias afro-descendentes de *doarem* os filhos a proprietários, devido a situação de pobreza.

Em maio de 1993, a arquiteta Ester Judite Bendjoya Gutierrez defendeu a dissertação “Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre a evolução do núcleo charqueador pelotense (1780 1888)”. A partir do estudo de três dezenas de charqueadas do arroio Pelotas, definiu a tipologia espacial, construtiva e funcional das unidades charqueadoras escravistas, de sua mão-de-obra, de seu entorno produtivo e habitacional. O levantamento comprovou que mais da metade das charqueadas possuía olarias, onde a escravaria trabalharia, na entressafra do

charque. O trabalho foi publicado em 1993, pela EdiUFPel, sob o mesmo título, sendo, mais tarde, reeditado. O provável uso intensivo da mão-de-obra escravizada na construção civil ensejou que Gutierrez desenvolvesse e concluísse, também na PUC, em 1999, tese de doutoramento sobre este tema. Nesse trabalho, entre outros aspectos, estudou as tipologias da arquitetura urbana erudita e a mão-de-obra utilizada nos canteiros da cidade, com destaque para os cativos, ocupados nos trabalhos mais duros e sujos. As condições de existência e saúde da população trabalhadora foram finamente abordada no trabalho, publicado, em 2004, pela UFPel *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*.

Em 1991, preocupado igualmente com a contribuição da mão-de-obra escravizada na construção civil no Sul, o historiador e arquiteto Gunter Weimer empreendera investigação apoiado em vasto levantamento nos anúncios de jornais sobre cativos de Porto Alegre – fuga, venda, etc. Ainda que a fonte escolhida tenha sido avara sobre os dados procurados, a investigação – *O trabalho escravo no RS* (Porto Alegre: Sagra/EdiUFRGS)– fornece preciosa informação sobre a população escravizada, com destaque para o cativo fujão.

ESCRavidÃO URBANA

As investigações e polêmicas nacionais em curso sobre a escravidão urbana ensejaram a produção, na PUCRS e no NEHL, de quatro trabalhos sobre a escravidão urbana no RS. Em junho de 1993, Ana Simão Folkembach defendeu dissertação *Resistência e acomodação: aspectos da vida servil na cidade de Pelotas, na primeira metade do século XIX*, publicada na coleção Malungo, da EdiUPF, em 2002. No trabalho, abordou as manumissões; a família escravizada, a resistências, a sexualidade, a saúde, etc. dos cativos; as relações entre livres, forros e escravizados. Também em junho de 1993, Rita Gattiboni defendeu trabalho sobre a “Escravidão urbana na cidade de Rio Grande”, onde, a partir sobretudo das cartas de alforria, de 1874-9 e 1884-5, dos Relatórios dos Presidentes da Província e dos anúncios dos jornais, discutiu as condições de existência dos cativos em Rio Grande.

Em abril de 1994, Valéria Regina Zanetti Almeida defendeu a dissertação “Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)”. O trabalho reafirmou a importância do cativo em Porto Alegre, como produtor artesanal, trabalhador doméstico, cativo de aluguel, negro ganhador, etc. Valéria enfatizou o cotidiano da população liberta e escravizada, com destaque para as condições de trabalho, de existência e as relações inter-pessoais. O trabalho foi publicado, em 2002, na coleção Malungo, com o mesmo título. Em maio de 1994, Carmen Lúcia Santos Castro apresentou a dissertação “Ferro de Brasa, Tacho de Cobre, Puxados Úmidos: Cotidiano das Mulheres Escravizadas em Porto Alegre: século

XIX”, em que estudou o duro cotidiano da mulher cativa, na capital sulina, nas moradias, ruas, quartos de aluguel, etc., como amas-de-leite, lavadeiras, cozinheiras, etc., através das posturas policiais, dos viajantes, dos registros eclesiásticos.

Em setembro de 1994, o economista maranhense Solimar Oliveira Lima defendeu a dissertação “Resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul: 1818-1883”, na PUC-RS/NHSE, onde, a partir do estudo dos processos de 131 cativos, julgados por junta Criminal de Porto Alegre, por roubos, lesões, homicídios, fugas de cadeias públicas, etc., foram condenados a trabalho forçado, degredos, galés perpétuas e enforcamentos, associados a praticamente 40 mil açoites. O trabalho, que traça fino quadro dos rigores e das condições de vida na escravidão sulina, foi editado pela PUC-IEL, em 1998, e reeditado na Coleção Malungo, em 2006. Em 1994, Marco Antônio Lírio de Mello publicou o livro *Revistas, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas* (Pelotas: EdiUFPel). Em janeiro do ano seguinte, Lúcia Regina Brito Pereira defendeu dissertação sobre “Fábulas de escravos e libertos no cenário da justiça em Porto Alegre - 1870/1888”, sob a direção da dra. Bakos, voltada à análise, através dos processos judiciais, da “atuação do negro na sociedade escravista em desagregação”.

Em maio de 1995, Jorge Euzébio Assumpção aprovou a dissertação “Pelotas: Escravidão e charqueadas. (1780 1888)”, na PUCRS-NHSE, onde, através de intensivo levantamento sobretudo dos inventários *post-mortem* dos charqueadores pelotenses, traçou quadro cinético do cativo charqueador no período estudado: origem, idade, profissão, masculinidade, etc. A resistência do cativo charqueador foi outro tema desse valioso estudo, ainda inédito. No mesmo ano, Fernando Seffner organizou obra coletiva –*Presença negra no Rio Grande do Sul*– com artigos sobre a escravidão e a cultura negra no Brasil e, sobretudo, no Sul (Cadernos Porto & Vírgula). Em 1996, Paulo Moreira publicou *Faces da liberdade, máscaras do cativo: experiências de liberdade e escravidão* (EdiPUCRS), percebidas através das cartas de alforria. O estudo referia-se aos anos 1858-1888.

ESTUDOS ESCRAVISTAS NOS ANOS NOVENTA

A realização, na PUC, em outubro de 1990, do I Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra, registrou o dinamismo vivido pelos estudos escravistas na época. Vinte quatro comunicações inscritas no simpósio abordaram diversos aspectos do escravismo sulino: alforria, arquitetura, charqueadas, contratados, criminalidade, cidade, fontes, historiografia, memória, infância, mulher, resistência. As comunicações foram publicadas na revista do PPGH da PUC-RS (V. XVI, Nº 1-2). Em 1992, o II Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra e de Índios deu continuidade a esse movimento, lamentavelmente sem que os anais pudessem ser publicados.

Finalmente, em 1994, Paulo Zarth defendeu tese de doutoramento na UFF, publicada apenas em 2002, pela (EdiUnijui) *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Nesse ensaio de interpretação geral da formação social sulina, o autor dedica amplo espaço à escravidão, chamando atenção para a importância do trabalho cativo nas fazendas, realidade assinalada nos inventários *post-mortem* estudados. O tema jamais fora abordado sistematicamente, constituindo então a principal lacuna nos estudos sócio-econômicos sobre a escravidão rio-grandense, necessária de ser completada para a definição do caráter estruturalmente dominante da produção escravista no Rio Grande do Sul.

Em meados dos anos noventa, as investigações sobre a escravidão sulina conheceram claro refluxo, devido sobretudo as novas condições político-ideológicas gerais. A vitória mundial da ofensiva neo-liberal, com ápice em 1989-1990, pressionou e determinou profundamente a produção das ciências sociais, quanto aos objetos de estudo e às opções epistemológicas. As interpretações de cunho social e estrutural foram desvalorizadas. Esse processo aprofundou-se com a desmobilização da linha de pesquisa sistemática sobre a escravidão na PUC-RS, sem que fosse jamais retomada sistematicamente. Apenas em agosto de 2000, Cláudia Mortari defendeu dissertação naquela instituição, diretamente relacionada com a escravidão, sob o título “Os homens pretos do desterro: Um estudo sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário. (1840-1860)”.

RETOMADA DOS ESTUDOS ESCRAVISTAS

Em inícios de 2000, os estudos sobre a escravidão sulina conhecem nova retomada, devido a múltiplas razões, destacando-se, entre elas, a necessária constatação da importância objetiva do escravismo na formação social sulina por parte de investigações científicas cada vez mais numerosas e refinadas. O desenvolvimento de programas de pós-graduação em História, Economia, Sociologia, etc. ensejaram número crescente de dissertações e teses sobre a história econômica, social e cultural, etc. da escravidão. Também foram e estão sendo desenvolvido diversos trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso sobre o tema. No período, pesquisadores prosseguiram suas investigações ou concluíram pós-graduação sobre o tema. Mário Maestri publicou, em 2001, *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: O caso gaúcho*, sobre as determinações da escravidão na arquitetura e vida urbana no sul do Brasil. Em 2002, o mesmo autor publicou *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no RS*, com artigos sobre os quilombos sulinos; a escravidão e o pastoreio, etc. Ambos livros foram publicados na coleção Malungo. Moacyr Flores, editou, em 2004, *Negros na Revolução Farrroupilha*, pela Est. de Porto Alegre, onde aborda, entre outras questões, a sorte final dos soldados negros farrroupilhas.

Paulo Roberto Staudt Moreira defendeu tese de doutoramento, na UFRGS, em maio de 2001, publicada, em 2003, sob o título *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, pela EST. Como professor do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, dirigiu as dissertações de mestrado de Raul Schefer Cardoso, “Capítulos de formação de um território negro: a escravidão rural no Vale do Caí (RS - 1870/1888)” (2005); Vinicius Pereira de Oliveira, “De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX)” (2005); Eliege Moura Alves, “Presentes e invisíveis: escravos em terras de alemães : São Leopoldo 1850-1870” (2004).*

No Programa de Pós-Graduação em História da PUC, nos anos 2000-2006, foram defendidas a tese de doutoramento pelo arqueólogo Cláudio Baptista Carle, “A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no RS nos séculos XVIII e XIX” (2005), e as dissertações de mestrado de Letícia B. Guterres, “Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livros, libertos e escravos: (Santa Maria: 1844-1882)” (2005); e de Roger Costa da Silva, editado em 2001: *Muzungas: consumos e manuseio de químicas por escravos e libertos no RS (1828-1888)” (Pelotas: EiUFPel). No Programa de Pós-Graduação em História da UPF, foram defendidas as dissertações de mestrado de Cristiane de Quadros de Bortolli, “Vestígios do passado: a escravidão no Planalto Médio Gaúcho (1850-1888)” (2003); de Leandro Jorge Daronco, “A sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do RS” (2006), editada, no mesmo ano, na Coleção Malungo, da UPF, e de Maria Beatriz Chinni Eifert, “Marcas da Escravidão nas Fazendas Pastorais de Soledade” (2006), no prelo, nesta mesma coleção.*

O novo dinamismo dos estudos escravistas rio-grandenses registrou-se na organização, em 2005, de diversos encontros sobre o tema. Em 19-21 de outubro, o II Congresso Sul-Americano de História, na Universidade de Passo Fundo, contou com seminário especial sobre a escravidão. Em 26-28, realizou-se o II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, na UFRGS. Foi igualmente realizado encontro na FACOS de Osório, na mesma época, que se repetiu em 2006. Simpósios e encontros regionais passaram a ter habitualmente mesas dedicadas à escravidão. Como assinalado, a editora de Passo Fundo mantém, desde 2000, a coleção Malungo, especializada em trabalhos sobre a escravidão, com destaque para o RS, já com treze títulos publicados e no prelo (<www.upf.br/editora>). A mesma editora publicou, em 2006, a dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, por Silmei de Sant’Ana Petiz *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851).*

As narrativas apologeticas do passado rio-grandense apoiaram-se nos mitos da democracia pastoril e da produção sem trabalho e na proposta das raízes

essencialmente européias da população rio-grandense, ensejando que a historiografia regional negasse quase peremptoriamente a contribuição essencial do trabalhador africano e afro-descendente no passado sulino, além mesmo da abolição do tráfico internacional de trabalhadores escravizados. Nos últimos sessenta anos, a historiografia especializada constatou, no início, a forte presença do trabalhador escravizado no Sul, sem integrá-lo como elemento dinâmico da formação social sulina. Finalmente, em meados dos anos 1990, trabalhos voltaram-se para a discussão do cativo como elemento determinante do passado do Rio Grande do Sul, compreendido como formação social dominada pela produção escravista colonial. Após breve hiato, as investigações foram retomadas sobre o tema, a partir de um leque mais variado de centros de investigação, com o grande desafio de não se limitarem a incursões aleatórias de vocação cultural e antropológica que olvidem a necessidade de aprofundar a determinação estrutural da antiga formação social rio-grandense, nos seus múltiplos aspectos, pela escravidão.

BIBLIOGRAFIA

- Assis Brasil *A Guerra dos Farrapos: história da República Riograndense* (Rio de Janeiro: Adersen, s.d.).
- Assis Brasil 1882 *História da República Riograndense* (Rio de Janeiro: Leuzinger).
- Bakos, Margaret M. 1982 *RS: escravidismo & Abolição* (Porto Alegre: Mercado Aberto).
- Barcellos, Rubens de 1955 *Estudos Rio-Grandenses: motivos de história e literatura* (Porto Alegre: Globo).
- Bento, Cláudio Moreira 1976 *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul. (1635-1975)* (Porto Alegre: Grafosul-IEL-DAC-SEC).
- Cardoso, Ciro F. S. 1973 “El modo de producción esclavista colonial en América” em Assadourian (edit.) *Modos de producción en América Latina* (Buenos Aires: Siglo XXI).
- César, Guilhermino *História da literatura do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Globo) s.d.
- César, Guilhermino 1970 *História do Rio Grande do Sul: Período colonial* (Porto Alegre: Globo).
- Chaves, Antônio José Gonçalves 1978 *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil* (Porto Alegre: ERUS).
- Conrad, Robert 1975 *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL).

- Docca, Souza 1954 *História do Rio Grande do Sul* (Rio de Janeiro: Simões).
- Dreys, Nicolau 1990 *Notícias descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul* (Porto Alegre: Nova Dimensão; EdUPUCRS) 4 ed.
- Ericksen, Nestor 1977 *O Sesquicentenário da imprensa Rio-Grandense* (Porto Alegre: Sulina).
- Ferreira Filho, Arthur 1965 *História geral do Rio Grande do Sul. 1503-1964* (Porto Alegre: Globo).
- Fortes, Amyr Borges 1968 *Compêndio de história do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Sulina) 4 ed.
- Freyre, Gilberto 1969 *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* (Rio de Janeiro: José Olympio) 2 tomos, 16 ed.
- Freyre, Gilberto 1936 *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* (São Paulo: Companhia Editora Nacional).
- Gorender, Jacob 1978 *O escravismo colonial* (São Paulo: Ática).
- Goulart, Jorge Salis 1978 *A formação do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: EST, Martins Livreiro; UCS Caxias do Sul) 3 ed.
- Leitman, Spencer Lewis 1979 *Raízes socioeconômicas da guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX* (Rio de Janeiro: Graal).
- Lima, Alcides 1935 *História popular do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Globo) 2 ed.
- Maestri, Mário 1984 *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho* (Porto Alegre: EST).
- Maestri, Mário 1984b *O escravo gaúcho: resistência e trabalho* (São Paulo: Brasiliense).
- Maestri, Mário 2006 *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência, sociedade* (Porto Alegre: EdUFRGS) 3 ed., rev. e ampl.
- Jacques, João Cezimbra 1979 [1883] *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção história* (Porto Alegre: ERUS).
- Monti, Verônica A 1985 *O abolicionismo, 1884: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Martins).
- Ornellas, Manoelito 1976 *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* (Rio de Janeiro: José Olympio/INL/MEC) 3 ed.
- Pinheiro, J. F. F. 1978 *Anais da província de São Pedro: história da colonização alemão do Rio Grande do Sul* (Petrópolis: Vozes; Brasília, INL) 4 ed.
- Saint-Hilaire, Auguste de 1887 *Voyage à Rio-Grande do Sul (Brésil)* (Orléans: H. Herluison Libraire-Éditeur).
- Saint-Hilaire, Auguste de 1974 *Viagem ao Rio Grande do Sul. 1820-1821* (Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, EdUSP).

- Sarmiento, Domingo Faustino 1996 [1845] *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. (Porto Alegre: EdUFRGS/EdiPUCRS) Trad. A.G. Schlee.
- Silva, Riograndino da Costa e 1968 *Notas a margens da história do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: Globo).
- Vellinho, Moysés 1975 *Fronteira* (Porto Alegre: Globo/UFGS).
- Vellinho, Moysés 1970 *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense* (Porto Alegre: Globo).
- Vellinho, Moysés 1962 *Rio Grande e o Prata: contratos* (Porto Alegre: Globo/IEL/SEC).